

Educação financeira aplicada a servidores da educação em uma escola pública

Financial education applied to education employees in a public school

Diogo Appel COLVERO¹
Fleide Wilian Rodrigues ALVES²

Resumo

O Brasil vive um momento de instabilidade econômica. Diante disso, o objetivo deste estudo foi, através da educação financeira, apresentar estratégias para que as pessoas eliminassem suas dívidas, poupassem e investissem seus excedentes financeiros. Para isso, foi ofertado um curso de educação financeira para um grupo de servidores de uma escola municipal de Goiânia, Goiás. Finalizada a formação, observou-se que os participantes passaram a controlar melhor suas finanças, diminuíram suas dívidas e passaram a guardar suas economias. Verificou-se que a educação financeira apresenta ferramentas e estratégias que permitem às pessoas fazer uma gestão saudável e responsável das suas finanças.

Palavras-chave: Educação financeira. Controle das Finanças. Economizar. Investir.

Abstract

Brazil is experiencing a time of economic instability. Therefore, the aim of this study was, through financial education, to present strategies to eliminate people's debts, save and invest their financial surpluses. So, a financial education course was offered to a group of employees of a municipal school in Goiânia, Goiás. After the training, it was observed that the participants began to control their finances better, decreased their debts, and began to constitute and invest their savings. It was found that financial education presents tools and strategies that allows public to make a healthy and responsible finance control.

Keywords: Financial Education. Finance Control, Saving, Investing.

-
- 1 Doutor em Ciências e Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro, Portugal (2018). Mestre em Engenharia do Meio Ambiente pela Universidade Federal de Goiás (2014). Engenheiro Mecânico formado pela Universidade Federal de Santa Maria (2008). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8284961986109599>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9079-3347>. E-mail: diogocolvero@ufg.br
 - 2 Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2016) e graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2008). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4952834975369686>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6611-1617>. E-mail: fwralves@ufg.br

Introdução

A crise socioeconômica provocada pela pandemia do vírus SARS-CoV-2 (COVID-19) está em curso. Seus efeitos estão sendo devastadores para as economias dos países mundo afora. No Brasil, a crise está trazendo números preocupantes para a economia. De acordo com dados do IPEA (2022), em julho de 2021 havia 13,7% da força de trabalho brasileira desocupada. Durante a pandemia, dados do IBGE (2020) apontaram que devido às medidas de isolamento social, em torno de 9 milhões de brasileiros desistiram de procurar emprego e saíram da chamada força de trabalho e, conseqüentemente, das estatísticas de desemprego. Estima-se que se as pessoas que estavam desocupadas tivessem permanecido buscando emprego, a taxa de desemprego seria de cerca de 20% (SERASA EXPERIAN, 2020).

Uma das conseqüências do desemprego é o crescimento de pessoas endividadas no país. O mês de junho de 2022 encerrou com 66,82 milhões de brasileiros inadimplentes. Ao todo, foram 231,31 milhões de dívidas que estão vencidas e não pagas, o que equivale a 3,5 débitos distintos para cada inadimplente. Em unidade monetária são 281,4 bilhões de reais em dívidas, representando uma média de R\$ 4.211,83 para cada endividado (SERASA EXPERIAN, 2022).

Outro dado alarmante refere-se aos empréstimos consignados, que conforme Dos Santos (2019) é uma modalidade de crédito em que o saldo devedor é descontado em forma de prestações diretamente na folha de pagamento do requerente. Este formato de empréstimo existe desde 1990 para os servidores públicos (Lei nº. 8.112/1990, de 11 de dezembro de 1990), a partir de 2003 para os empregados que são regidos pelo sistema da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (regulamentado pela Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003) e desde 2004 para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, regulamentado pela Lei nº. 10.953, de 27 de setembro de 2004 (BRASIL, 1990, 2003, 2004).

Conforme estudo de Dos Santos (2019), 77% dos tomadores de empréstimos consignados no Brasil são pessoas com idade superior a 57 anos, sendo estes indivíduos responsáveis por 57% do montante total obtido nesta modalidade de empréstimo. Outro dado que chama a atenção no estudo de Dos Santos (2019) é que 52,2% fazem um consignado para repassar a terceiros (filhos, parentes ou conhecidos) ou para quitar dívidas. Dias (2017) ressalta que as classes mais pobres e os idosos passam por um processo crescente de endividamento, o que acaba por impossibilitar o pagamento das dívidas e, conseqüentemente, na obtenção de novos empréstimos para quitar as dívidas já existentes que não estão pagas.

Estes dados de endividamento e inadimplência vem na esteira dos avanços relativos à inclusão financeira apontados no Relatório de Cidadania Financeira do BACEN (2021). O estudo aponta que em 2020, 182,2 milhões de brasileiros, 86% da população brasileira, possuía alguma forma de conta bancária - conta corrente, poupança ou de pagamento. Esta bancarização, conforme Soares Neto *et al.* (2020), ocorreu com a inclusão das pessoas mais pobres no sistema bancário-financeiro, sobretudo as atendidas por políticas socioassistenciais.

A crise global econômica de 2008 também trouxe significativas alterações econômicas, políticas, demográficas e do mercado de trabalho ao mundo inteiro. A expansão da desregulamentação dos mercados financeiros e a redução dos custos, advindos da evolução tecnológica dos sistemas informatizados, resultaram na propagação de novos produtos financeiros adaptados aos novos consumidores. Para compreender aspectos do endividamento das pessoas por conta da crise, em 2012 o G20 realizou um estudo em cooperação com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a importância das decisões financeiras das pessoas. O trabalho apontou que os países do G20 (no qual o Brasil está incluído) não apresentavam estratégias financeiras educacionais adequadas em seus respectivos países (OCDE, 2013).

No Brasil, a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo decreto Nº 10.393, de 9 de junho de 2020, segue os princípios sugeridos pela OCDE e a sua finalidade é a promoção da educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país (BRASIL, 2020a). A ENEF realizou o primeiro Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira em 2014 e o segundo em 2018. Estes estudos apresentaram as iniciativas de educação financeira nas diversas regiões do Brasil, sendo que o primeiro Mapeamento identificou, para o ano de 2013, 803 ações, enquanto que o segundo Mapeamento mostrou que em 2018 haviam mais de 1.300 iniciativas relacionadas à educação financeira no país. Destas ações, em 2013, 30% advinham de escolas públicas e em 2018 este percentual saltou para 50% (ENEF, 2018).

Este aumento de oferta de iniciativas de educação financeira está em linha com a ampliação da cobertura da institucionalização da educação financeira no país. Isto, tendo em vista que, conforme salienta Matos *et al.* (2022), a educação financeira teve a sua inserção na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 como um tema transversal da educação básica. Desta maneira, a BNCC expande o alcance do trabalho realizado pela ENEF nos currículos escolares e tem implantação obrigatória nas instituições públicas e privadas.

Tratando do domínio da educação financeira no âmbito escolar, Raizer (2021) analisa os dados da edição de 2018 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e pontua que quatro de cada dez estudantes brasileiros não possuem capacidades aceitáveis para lidar com finanças pessoais

e carecem de auxílio para desenvolver atividades corriqueiras no cotidiano. Além disso, apenas 2% dos estudantes brasileiros alcançam o patamar superior de competência em educação financeira.

Perante esta realidade econômica, a universidade tem uma relevante função social de disseminar e aplicar o conhecimento com a sociedade, reconhecendo assim o caráter investigativo, formativo e de uma comunicação ativa com a população (COLETTE, 2017). Desta forma, um curso de educação financeira voltado para a comunidade é a semente que, se bem cuidada, poderá significar a liberdade financeira das pessoas. Sendo que conceitos da engenharia econômica se fazem fundamentais para que as pessoas consigam avaliar com clareza suas finanças e realizar investimentos (MOTTA *et al.*, 2009).

Diante disso, decidiu-se por desenvolver dentro da Universidade Federal de Goiás (UFG) um projeto de extensão chamado “Ajuste de Contas: como engrenar suas finanças”, com o intuito de, a partir de conceitos básicos de Engenharia Econômica, ministrar um curso de educação financeira para a população em geral do município de Goiânia, estado de Goiás, Brasil. Este curso auxiliou no estreitamento das relações entre a UFG e a comunidade, assim como reforçou a preocupação e o engajamento da academia quanto às necessidades da população. Raizer (2021) lembra que as atividades de extensão devem compor ao menos 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação.

A iniciativa para a abertura da primeira turma do curso partiu da diretora de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no município de Goiânia, estado de Goiás, Brasil. Estas instituições atendem crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses em período parcial ou integral. A gestora soube do projeto de extensão pela mídia e procurou seus responsáveis para uma entrevista. Nesta, relatou que a temática da ação era de fundamental importância para todos os funcionários da unidade, visto que a maioria era descontrolada com as finanças familiares e possuíam dívidas. Por isso, estavam infelizes e esta condição atrapalhava no desempenho do trabalho. A infelicidade relacionada às condições financeiras foi discutida por Dilelio e Wollmann (2022) em um estudo com servidores do estado do Rio Grande do Sul. Segundo os autores, as cobranças e as preocupações com as dívidas desmotivam o trabalhador e prejudicam a sua produtividade, afetando o seu desempenho.

Diante de toda esta problemática, o objetivo deste estudo foi analisar o nível de conhecimento inicial dos participantes sobre a educação financeira e como lidavam com suas finanças, e verificar, após a formação, como e se as estratégias auxiliaram as pessoas a eliminar suas dívidas, se aprenderam a poupar e a investir seus recursos financeiros de maneira segura e consciente.

Materiais e método

O presente estudo possui caráter qualitativo, que de acordo com Bogdan e Biklen (1994) tem como questão fundamental todo o processo, ou seja, o que aconteceu, bem como o produto e o resultado final. No entanto, assumimos também um modelo quanti-qualitativo, por apresentar em paralelo um tratamento quantitativo na coleta de dados, que segundo Pereira *et al.* (2018), é um método que produz conjuntos ou dados que podem ser analisados a partir de técnicas matemáticas (porcentagens, estatísticas e probabilidades, métodos numéricos, métodos analíticos e geração de equações e/ou fórmulas matemáticas aplicáveis a algum processo). Complementando a caracterização deste estudo, fez-se uso do que explica Yin (2015), ao afirmar que métodos qualitativos e quantitativos podem se complementar e não se excluem, desse modo se permite uma melhor compreensão dos fenômenos em estudo. Corroborando com Minayo (2001), ao confirmar que os dois métodos se complementam, e ao suscitar que a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, e assim exclui-se qualquer dicotomia.

Por se tratar de uma participação planejada do(s) pesquisador(es), de cunho social, educacional e técnico, com a finalidade de resolver o problema em questão, o estudo referencia-se no tipo pesquisa-ação, como afirma Coutinho (2011) ao esclarecer que esta dá a possibilidade de compreender, melhorar e reformular práticas, com a intenção de transformação da prática social. Além disso, Coutinho *et al.* (2009) corroboram ao esclarecer os objetivos da pesquisa-ação: compreender, melhorar e reformular práticas; fazer uma intervenção em pequena escala no funcionamento de entidades reais e apresentar uma análise detalhada dos efeitos dessa intervenção. Ou seja, este tipo de estudo implica em planejar, atuar, observar e refletir de forma mais minuciosa, para assim induzir melhorias e maior conhecimento sobre as suas práticas. Neste sentido, destacam-se as metas da pesquisa-ação, segundo Coutinho *et al.* (2009) melhorar e/ou transformar a prática social ao mesmo tempo que se busca uma melhor compreensão sobre a respectiva prática; articular, de modo permanente, a investigação, a ação e a formação, e aproximarmo-nos da mudança, veiculando a mudança e o conhecimento.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram questionários antes e após o curso, com perguntas fechadas e abertas. Ao final do curso também foram realizados relatos de experiência de forma anônima com os participantes.

Primeiramente, o questionário tinha como intuito conhecer o que os participantes entendiam sobre educação financeira, suas expectativas sobre a formação e como lidavam com suas finanças e, posteriormente, o instrumento pretendia aferir os resultados quanto aos conhecimentos agregados com a formação, e se os mesmos trouxeram resultados positivos quanto à situação financeira dos participantes.

Ao longo do curso, também foram desenvolvidos jogos eletrônicos de participação rápida e individual, em forma de *quiz* na plataforma *Wordwall*, com o objetivo de facilitar a compreensão de conceitos e estratégias. A participação dos cursistas também era avaliada através dos *chats* e atividades assíncronas, tabuladas em planilhas de Excel, como também em debates em grupos de discussão no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, nos quais tiveram como critérios: ao final de cada um dos 20 encontros, os formadores propunham uma atividade avaliativa. De modo que para cada atividade proposta, o cursista deveria interagir ao menos uma vez.

A análise dos dados foi realizada através da tabulação em percentual e valor total em forma de gráficos das questões fechadas. Já as perguntas abertas e os relatos de experiência foram avaliadas através da análise de conteúdo. Segundo Bardin (2007, p.11), esta análise pode ser compreendida como “conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados, tendo como fator comum uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. As categorias elencadas para a análise foram: eliminação de dívidas, aprendeu/conseguiu poupar, conhecimento sobre investimento.

O CURSO

O curso sobre educação financeira foi ministrado para 29 servidores de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de Goiânia, estado de Goiás, Brasil. De modo que os participantes foram divididos em duas turmas (uma com 15 e outra com 14 participantes). Decidiu-se por dividir os participantes do curso em duas turmas pois, de acordo com estudo de Annegues *et al.* (2020), classes com menores quantitativos de alunos potencializa o aprendizado, além de permitir um atendimento mais individualizado.

Essa formação foi ministrada no modelo ensino remoto, e contou com aulas semanais síncronas, com duração de duas horas, além de, pelo menos, mais duas horas semanais de atividades assíncronas. A carga horária total foi de 80 horas (sendo 40 horas síncronas e as demais 40 horas assíncronas). As aulas ocorreram em um intervalo de tempo de seis meses (de setembro de 2020 a março de 2021), sendo os primeiros cinco meses com aulas semanais e o sexto e último mês com atividades assíncronas para auxiliar os participantes nas dúvidas que precisassem ser exauridas.

Os encontros síncronos foram realizados utilizando a plataforma virtual *Google Meet*. Nestas atividades simultâneas propuseram-se tarefas práticas sobre finanças para serem realizadas pelos participantes. Estes afazeres foram debatidos com os colegas ao início e/ou ao final de cada encontro subsequente à tarefa proposta. Também foram avaliadas as interações dos participantes no *chat* das atividades síncronas. Outra forma de aferição da evolução dos alunos foram questionários encaminhados a esses antes do início e ao final do curso ofertado.

O curso foi subdividido em três módulos, de modo a permitir que fossem contemplados todos os objetivos.

No Módulo I, chamado de “Ajuste de Contas”, fez-se um diagnóstico da situação financeira dos participantes, para que todos conseguissem visualizar suas situações econômicas. Conforme aponta Domingos (2008), nesta fase é possível identificar qual o provável desequilíbrio nas finanças de cada indivíduo, assim como apontar quais são os principais elementos que ocasionaram esta situação.

No Módulo II (nomeado de “Poupar para sonhar”) foram apresentadas estratégias para que as pessoas economizassem parte de seus rendimentos, a fim de alcançar o equilíbrio financeiro. Para Brito (2007), as pessoas só conseguirão guardar uma parcela dos proventos se tiverem hábitos de finanças saudáveis. Diante disso, o foco neste módulo foi apontar maneiras simples e plenamente aplicáveis de se adquirir hábitos que permitam que as pessoas economizem seu dinheiro.

Por fim, o Módulo III, chamado de “A arte de investir”, tratou das diferentes alternativas de investimentos em renda fixa, de modo a possibilitar que as pessoas utilizem o conhecimento teórico/prático adquirido no curso para criar um plano estratégico individual de investimentos, usando como elemento central os objetivos/sonhos econômicos e pessoais de cada indivíduo. De acordo com Natali (2017), para se alcançar as metas desejadas, o mais importante é estudar e se atualizar constantemente sobre educação financeira, pois só assim as pessoas chegarão aos objetivos traçados.

Perfil socioeconômico dos participantes do curso

O curso foi ministrado para 29 participantes, sendo 26 mulheres (89,7%) e 3 homens (10,3%). Com relação à idade, 38,2% do grupo tinha entre 41 e 50 anos, 32,4% entre 31 e 40 anos, 20,6% entre 51 e 60 anos, 5,9% mais que 60 anos e 2,9% entre 18 e 30 anos. Isto representa cerca de 65% dos participantes com idade superior a 40 anos.

Quanto ao grau de escolaridade, o grupo de participantes apresentava heterogeneidade, pois 61,8% possuíam ensino superior completo (sendo que destes, 26,5% possuíam especialização), 11,8% tinham ensino superior

incompleto e os demais 26,4% com, no máximo, ensino médio completo (sendo que, 17,6% possuía ensino médio completo, 5,9% ensino médio incompleto e 2,9% ensino fundamental completo).

Sobre o tempo de trabalho remunerado, 50% estavam no mercado de trabalho há um período superior a 21 anos, 38,2% há um período entre 11 e 20 anos e os demais 11,8% há, no máximo, 10 anos.

Considerando a renda média mensal das famílias dos integrantes do curso, 38,2% destas famílias recebiam entre 5 e 10 salários mínimos, outros 38,2% entre 1 e 3 salários mínimos, 20,6% entre 3 e 5 salários mínimos e 2,9% mais de 10 salários mínimos. Destaca-se que no início do curso (setembro de 2020) o salário mínimo nacional era de R\$ 1.045,00 (BRASIL, 2020b).

A Educação Financeira e a Engenharia Econômica

Aprender sobre educação financeira vai muito além de simplesmente saber conhecer conceitos, fazer contas ou gerir as finanças pessoais. Natali (2017) aponta que educar financeiramente uma pessoa permite que ela conheça a atuação do mercado, de modo que obtenha condições de estruturar e criar estratégias para alcançar os seus objetivos de vida. Já OCDE (2005) destaca que a educação financeira é um processo no qual as pessoas e as sociedades passam a ter valores e competências que as tornam mais conscientes das oportunidades e dos riscos inerentes ao mundo das finanças, de modo que passam a fazer melhores escolhas e, conseqüentemente, tomam ações que garante a elas uma vida com mais bem-estar. Quanto ao momento de se começar a estudar e aplicar os preceitos da educação financeira, Lucindo (2019) ressalta que não há um tempo certo, contudo, o autor enfatiza que, quanto mais cedo as pessoas começarem, melhor conseguirão lidar com os seus rendimentos, o que possibilitará liquidar as dívidas, poupar, investir e alcançar a independência financeira.

A busca por conhecimento sobre educação financeira representa mais qualidade de vida, pois o indivíduo muda o comportamento nas suas ações com o dinheiro, o que possibilita que se alcance os sonhos. É a busca pelo conhecimento que aponta caminhos para que se consuma de forma consciente, a fim de poupar e investir nas metas preestabelecidas (DOMINGOS, 2013).

De modo que, para se ter pleno controle das finanças, as pessoas necessitam ter um conhecimento básico de Engenharia Econômica. Conceitos estes que permitirão às pessoas ter um robusto e estruturado aprendizado sobre educação financeira. Dentre os conceitos sobre Engenharia Econômica apresentados por Knuth (2010) e que foram aplicados no curso, estão: valor presente, valor futuro, juros (simples e compostos), taxa de juros, prazos e inflação. A

compreensão de tais conceitos trazem a clareza necessária para as tomadas de decisão, assim como para a realização de investimentos de longo prazo com base em análise de custos e riscos, sempre considerando o valor do dinheiro no tempo (KNUTH, 2010).

Resultados e discussão

O curso abordou diferentes assuntos nos três módulos apresentados, sendo que um dos temas discutidos de forma transversal foi o da importância da organização e do controle dos gastos. Este tratamento foi determinado pela constatação de que, no início do curso, apenas 17% dos participantes (5 participantes) declararam controlar ou registrar todos os seus ganhos e gastos mensais. Ao final do curso, o percentual foi de 79% (23 participantes), sendo que 55% (16 participantes) passou a fazer total controle mensal e 24% (7 participantes) um rígido controle diário. Em comparação com estudo de CNDL/SPC (2020), que apontou que 52,3% dos brasileiros fazem controle do orçamento familiar, os resultados do curso sobre educação financeira apontaram que: um dado que era (entre os cursistas) três vezes abaixo da média nacional antes do curso, passou a ser 50% superior à média nacional após o curso (Figura 1).

Figura 1. Registro dos ganhos e dos gastos dos cursistas, antes e após a formação



Fonte: Autores (2021).

Aprofundando essa discussão, conforme apresentado na Figura 1, antes do curso havia 17% dos participantes (5 pessoas) que não faziam qualquer registro dos ganhos e dos gastos. Já ao final da formação, em situação totalmente oposta, 24% (7 pessoas) passaram a fazer controle diário de todos os ganhos e gastos. Além disso, antes de trabalhar a educação financeira, 83% dos participantes (24 pessoas) não faziam controle (mensal ou diário) dos ganhos e dos gastos. Já após

o curso, este percentual caiu para 21% (6 pessoas), um valor 4 vezes menor que o de participantes sem o hábito do controle das finanças pessoais.

Esses números podem ser entendidos como um reflexo do que foi ministrado nas aulas *on-line* sobre a importância do controle financeiro dos ganhos e dos gastos. Os participantes do curso constataram na prática que as pequenas despesas do dia-a-dia, quando somadas, representam um expressivo valor que não fora previsto no orçamento no final do mês. Conforme salienta CNDL/SPC (2020), este pode ser o “ralo” do orçamento por onde o dinheiro das famílias escorre sem se perceber.

A importância da discussão acerca da necessidade de administração dos pequenos gastos foi dinamizada por conta do retorno que os cursistas apresentavam durante as interações remotas. Em uma delas, uma cursista relatou que sua família era composta por ela, seu esposo e uma criança pequena e a renda familiar era de cerca de R\$ 3.500,00 mensais (contabilizando o 13º salário, em torno de R\$ 45.500,00 anuais). Ela verificou durante a elaboração do planejamento financeiro, ao rastrear o histórico das compras de refeições por aplicativo, que havia gastado 19 mil reais com esse tipo de refeição no ano anterior. Ou seja, quase metade da renda da família era destinada apenas para a alimentação nesta modalidade. Ela se mostrou surpresa com a descoberta, porque não fazia a contabilização dessas pequenas compras. Outra cursista relatou que gastava em média R\$ 600,00 por mês de transporte por aplicativos, mesmo tendo carro.

Estas situações foram percebidas somente após o controle rígido de gastos, mediante a anotação e investigação de todas as despesas. Com estes dados, os participantes analisaram estas despesas no sentido de encontrar uma solução para estes gastos. No primeiro caso a cursista passou a cozinhar mais em casa, e na segunda situação, a aluna estava avaliando vender o carro para se locomover apenas de carro por aplicativo – porque pelos cálculos preliminares, ficava mais barato do que ter o carro e todas as suas despesas agregadas.

Conforme salienta Halles *et al.* (2007), através do planejamento a família consegue ajustar seus rendimentos às suas necessidades, encontrar e extinguir despesas supérfluas, planejar compras evitando pagamento de juros, realizar sonhos e encarar eventuais problemas com mais serenidade. Para os participantes essas reflexões foram um dos pontos centrais do curso, onde de fato foi possível verificar na prática o que era visto nos encontros remotos. Cada um a seu modo, dentro de sua realidade, com suas próprias finanças, teve a oportunidade de diagnosticar sua situação financeira, identificar os gargalos das finanças pessoais e encontrar alternativas para organizar e resolver seus problemas.

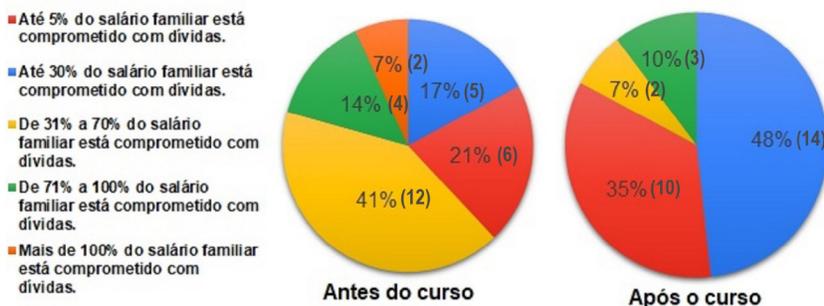
O importante era que a nova condição financeira fosse pautada em focar a atenção dos gastos nas experiências. Conforme Cerbasi (2019), o dinheiro deve ser encarado como o meio para se vivenciar experiências que devem

ser compartilhadas com as pessoas que se ama. Com este tipo de reflexão, grande parte dos gastos e despesas dos cursistas foram colocados em xequê. Este novo cenário representou uma considerável alteração do ponto de vista da aplicação dos recursos. Assim, conforme salienta Cerbasi (2019), o que antes era destinado a compra de objetos, muitas vezes desnecessários ou pelo simples prazer da compra, passou a ser visando o propósito de possibilitar experiências que se fixarão na memória afetiva das pessoas. Em outras palavras, a ideia difundida ao longo do curso e colocada à prova pelos participantes, foi a de que haveria aumento da qualidade de vida obtida a partir da melhoria na qualidade dos gastos.

Essa mudança pode ser comprovada nos dados apresentados na Figura 2, que mostra o nível de comprometimento dos proventos dos participantes antes e após o curso. Antes da formação, 62% dos participantes (18 pessoas), tinham acima de 1/3 do salário comprometido com dívidas, após o curso este percentual caiu para 17% (5 pessoas). Sendo que, os denominados por Brito (2007) de “insolventes”, ou seja, as pessoas que possuem dívidas superiores aos seus proventos, caíram de 7% (5 participantes) antes do curso para nenhuma pessoa após o curso. Por outro lado, ainda conforme definição de Brito (2007), os ditos “estáveis” (pessoas que são um modelo no controle das finanças pessoais com, no máximo, 5% da renda comprometida) e os “equilibrados” (que devem até 30% do salário líquido), que antes do curso representava uma fatia de 38% dos cursistas (11 pessoas), passou a 83% pós-formação (24 pessoas). Estes dados corroboram a melhoria da situação financeira dos cursistas, que passaram de um patamar mais alto para um nível mais baixo de endividamento.

Figura 2. Percentual de comprometimento do salário líquido com dívidas, antes e após o curso

Quando você/as pessoas que moram na sua casa recebem salário, qual o percentual (%) está comprometido com dívidas de meses anteriores (dívidas no cartão de crédito, cheque especial, agiota, consignado, financiamento, compras parceladas)?



Fonte: Autores (2021).

Estes dados são ainda mais positivos se considerarmos que o curso foi ministrado durante a pandemia da COVID-19, período que aumentou a instabilidade econômica no país, pois 1/5 da força de trabalho ativa estava desocupada (SERASA EXPERIAN, 2020), assim como representou o congelamento dos salários dos servidores públicos, que foi exatamente o público-alvo da formação em educação financeira. O contexto da insegurança causada pela pandemia aproximou as pessoas da educação financeira, como destacam Carraro *et al.* (2022), em que relatam a evolução de um Projeto de Educação Financeira em tempos de COVID-19, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aberto a comunidade em geral. O projeto teve início em abril de 2020 com um muro digital e uma pesquisa. Entretanto, diante da grande procura e após dois anos, a ação conta com inúmeras iniciativas executadas, em execução e projetos para o futuro. No âmbito da UFG, o interesse sobre o assunto educação financeira se reflete, por exemplo, no baixo índice de faltas às aulas (somente 6,4% de faltas, na contabilização total) e apenas uma evasão, esta foi motivada pela transferência de uma servidora da escola, ou seja, não teve relação com o curso.

A partir da Figura 2, identificou-se a redução do endividamento das famílias dos participantes após o curso. Através dos relatos de experiência, evidenciou-se que esta mudança se deu pelos métodos adotados no curso, que instigava os alunos a colocar em prática as teorias vistas durante os encontros *on-line*. A escolha deste modelo foi preconizada pelo que Freire (1983) estabeleceu sobre teoria e prática. Segundo o autor, existe unidade entre a teoria e a prática, a denominada *práxis*. Isto é, a reflexão e a ação do homem sobre o mundo é o que possibilita transformá-lo. Neste sentido, teoria e prática são indissociáveis. Assim, ao se pensar em um método para a educação financeira o indivíduo deve compreender a *práxis*, de modo que o movimento promovido por ele o instiga a aprender e a praticar. A abordagem do curso foi estabelecida com esse viés, por meio de atividades que eram realizadas em casa com os dados financeiros reais de cada família. Dentre estes trabalhos, após as aulas *on-line* sobre o tema, foi estabelecido que o cursista fizesse a organização e o controle financeiro familiar, seja por planilha eletrônica, aplicativo de celular ou por meio de anotações em papel. Caberia ao aluno optar pela alternativa que mais lhe fosse familiar, o mais importante seria fazer o controle.

Para o caso dos participantes que finalizaram o curso com níveis de endividamento superiores a 30% dos proventos, salienta-se que estes possuíam, já antes do curso, dívidas com financiamentos, consignados e prestações com pagamentos mensais por prazos superiores a 36 meses. Mesmo assim, houve redução nas taxas de juros e no período de quitação das dívidas, fruto das renegociações e portabilidade desses débitos. De modo que as negociações

feitas pelos participantes também representaram a aplicação da parte prática do conteúdo aprendido no curso, especificamente no Módulo I, que teve o foco na identificação e negociação de dívidas.

Destaca-se ainda que, a diminuição das dívidas entre os participantes do curso, traz uma melhor qualidade de vidas à estas pessoas. Viana (2020), que realizou um estudo sobre o endividamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília, corrobora com o entendimento de que o rendimento do trabalhador endividado pode ser prejudicado e também considera que o endividamento pode trazer problemas psicológicos, cardiopatias, insônia e formas de depressão. Como consequência, a qualidade de vida dos trabalhadores diminui. Acordi (2019), realizou um estudo com servidores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e constatou que existe relação entre finanças pessoais e qualidade de vida e também entre endividamento e qualidade de vida.

Outro aspecto trabalhado durante o curso foi o ato de economizar, de maneira que se buscou investigar em qual medida os alunos guardavam recursos financeiros para projetos futuros e gastos não programados. Conforme apresentado na Figura 3, antes do curso ministrado, identificou-se que 72% dos participantes do curso não faziam quaisquer economias dos proventos recebidos. Este percentual é mais baixo do que os 89% da população brasileira que, segundo Demirgü-Kunt (2018), não economiza nenhuma fração de seus rendimentos. De qualquer modo, ter cerca de $\frac{3}{4}$ das pessoas sem poupar nada do que recebe era um dado alarmante. Após o curso, este percentual caiu para 52%, uma redução significativa para um curso de seis meses de duração. Se considerarmos que antes do curso 27% das pessoas (8 cursistas) não economizavam simplesmente porque não conseguiam pagar todas as despesas do mês, e que após o curso esta situação não foi identificada, percebe-se o impacto positivo da formação para as finanças dos participantes. Destaca-se ainda que o percentual de participantes que economizavam parte do salário aumentou 1,7 vezes, passando de 28% (8 pessoas) antes do curso para 48% (14 pessoas) ao final.

Esses percentuais mostram que, mesmo as pessoas que recebem um salário limitado, aliado ao constante aumento do custo de vida, ainda assim conseguem economizar dinheiro (BACEN, 2018). Além disso, são dados que reforçam a importância da educação financeira na vida das pessoas, pois evidenciam que a fragilidade econômica não é somente dos que estão desocupados, mas também daqueles que não economizam parte dos rendimentos para o futuro. Neste contexto, Domingos (2008) menciona que o êxito nas finanças depende de como lidamos com nossos proventos e não o quanto ganhamos.

Figura 3. Percentual do salário que era poupado pelos cursistas, antes e após o curso

Fonte: Autores (2021).

Destaca-se ainda, que a evolução positiva das finanças pessoais dos cursistas evidencia que o conjunto de estratégias desenvolvidas e aplicadas durante o curso foram exitosas. Tanto que, a partir do questionário de satisfação realizado após a formação, identificou-se que 96,6% dos participantes se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos com as metodologias aplicadas. Esse mesmo percentual de pessoas disse que recomendaria o curso para outras pessoas. Além disso, 93% se mostraram satisfeitos com o aprendizado teórico e prático do curso, o que reforça o êxito do curso.

O próximo desafio dos cursistas (que não foi medido no questionário) é colocar em prática os conhecimentos recebidos sobre formas de investimentos que garantem e aumentam o poder de compra com o dinheiro que possuem, diferentemente do que ocorria antes do curso, em que o foco era nos ditos investimentos que, com o passar do tempo, reduziam, ao invés de aumentar, o poder de compra. Um dos caminhos trabalhados durante o curso foi sobre estratégias de investimento em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, que podem ser adquiridos pelas pessoas físicas através do Tesouro Direto. Esta modalidade, conforme relata Perlin (2019), possui alta liquidez, baixo risco e mantém o poder de compra do dinheiro - o que não ocorre com a poupança.

Ter estratégias para economizar e investir parte dos proventos líquidos é fundamental, pois ao chegar à aposentadoria, a pessoa poderá gozar deste período com mais tranquilidade. Essa tese é reforçada pela questão de que, com o passar dos anos, a aposentadoria dos brasileiros pode ficar comprometida caso não busquem o conhecimento pela educação financeira. Um exemplo disso é a Lei nº. 13.172, de outubro de 2015, que aumentou a margem consignável para 30% disponível para empréstimo consignável e outros 5% para o cartão de crédito (BRASIL, 2015).

O valor obtido via empréstimo consignado poderá ser pago em um prazo máximo de até 72 meses (DOS SANTOS, 2019), o que pode, apesar de parecer algo vantajoso, na prática representará idosos ou indivíduos mais jovens endividados por um longo período.

Se for levado em consideração que no ano de 2018 havia 33,9% do total de domicílios do país com idosos, e que nesses domicílios o idoso recebia 69,8% dos rendimentos destas residências (CAMARANO, 2020), fica clara a falta de planejamento financeiro e dificuldade de emprego e renda nos lares brasileiros. Este dado remete para outras duas importantes informações: primeiramente, a vulnerabilidade econômica dos idosos, pessoas que já passaram dos 60 anos de idade (CAMARANO, 2020), e que contribuem com a maior parte da renda dos domicílios nos quais eles habitam; segundo que esses mesmos idosos precisam seguir trabalhando para complementar a renda, pois outros 34,8% dos rendimentos dos domicílios que possuem idosos advém do trabalho do próprio idoso, que segue trabalhando para complementar a renda (CAMARANO, 2020). Esta necessidade de ter que trabalhar para aumentar a renda evidencia que a aposentadoria representa perdas financeiras aos idosos, conforme menciona Alves (2016).

Nesta conjuntura, a educação financeira passa a ser importante, de acordo com Zottel e Gradstein (2018), como uma ferramenta que auxilia as pessoas na escolha de melhores opções financeiras, levando em consideração as condições socioeconômicas. Isto, tendo em vista que a educação financeira contempla saberes e comportamentos para a gestão e compreensão de recursos, seleção e utilização de serviços financeiros adequados à necessidade do consumidor.

Lucindo (2019) complementa, ao mencionar que conhecer e praticar a educação financeira permite às pessoas ter a liberdade de escolha acerca da forma que pretendem gastar seu dinheiro. Deste modo, ao conhecer os conceitos sobre finanças, o trabalhador assalariado ou o profissional autônomo terá a oportunidade de passar pelo ciclo de vida do trabalho acumulando renda ativa para desfrutar de suas benesses na última etapa da vida, na aposentadoria. Ademais, a prática sobre gestão das finanças deve ser transmitida aos filhos, para que estes consigam galgar sozinhos seus próprios meios de acumulação de renda, não dependendo assim de seus pais para a sua sobrevivência e a de seus filhos.

Por fim, este curso trouxe à tona que, mesmo pessoas que atuam com educação têm dificuldades quando o assunto são as finanças pessoais. Reflexo da ausência da educação financeira nas diretrizes curriculares na época da formação escolar destes profissionais. Este problema poderá ser minimizado nas próximas gerações a partir da inserção da educação financeira na BNCC, em 2017. Por isso, estabelecer nos brasileiros a cultura da educação financeira é fundamental, seja para que as pessoas consigam realizar seus sonhos sem que tenham que

recorrer a empréstimos com altos juros, ou para chegar na aposentadoria e conseguir efetivamente gozar a vida, ao invés de ter que seguir no mercado de trabalho para sobreviver.

Conclusão

A educação financeira tem o poder de transformar a vida das pessoas, pois abrange um conhecimento que permite que as pessoas consumam de forma consciente e estejam focadas na realização dos sonhos.

Este estudo, que foi realizado a partir de um curso ministrado para profissionais de um Centro Municipal de Educação Infantil do município de Goiânia, Goiás, trouxe alguns elementos que devem ser ressaltados: mesmo com uma turma de participantes com diferentes níveis de escolaridade, em meio a uma crise econômica agravada pela pandemia do vírus SARS-CoV-2, os participantes conseguiram resultados extremamente positivos. Passar de 17% para 79% dos cursistas com um controle dos ganhos e dos gastos foi um elemento crucial para a mudança da situação financeira dos participantes, pois o controle financeiro é o primeiro passo para se descobrir onde estão os problemas das finanças pessoais.

Conhecer a real situação financeira pessoal possibilitou aos cursistas enxergar o quão comprometido estavam os rendimentos auferidos. Esse foi mais um passo que permitiu que o percentual de participantes que estavam com as finanças estáveis (situação ideal) ou equilibradas (ainda uma boa situação financeira) passasse de 38% antes do curso para 83% após a formação. Além disso, os 7% que tinham mais de 100% da renda familiar comprometida passaram a inexistir após o curso.

Essas gradativas evoluções permitiram que os participantes, que passaram a ter o controle e sabiam o quão comprometida estavam as finanças pessoais, estabelecessem estratégias para que passassem a economizar parte de seus proventos para que pudessem alcançar seus objetivos. Isso fica claro quando se observa que, antes do curso, 27% dos participantes não economizavam um centavo do que recebiam, mas ao final da formação não havia ninguém nesta situação. Os cursistas foram mais além, passando de 28% que economizavam algum valor (antes do curso), para 48% que passaram a economizar. Sendo que, este cenário poderia ser ainda melhor se considerarmos que houve aqueles que só não passaram a economizar porque antes do curso possuíam dívidas superiores a 36 meses. Dívidas essas que precisarão de mais tempo para serem eliminadas.

O passo seguinte dos cursistas será conseguir realizar investimentos que possibilitem rentabilidades superiores à inflação, ou seja, que os permitam manter o poder de compra e ter um aumento real dos recursos financeiros disponíveis.

Certamente um passo que será alcançado por essas pessoas que trabalharam com afinco durante os seis meses de curso, para mudar suas finanças pessoais.

Por fim, cabe destacar a importância da aproximação da universidade com a comunidade, pois são ações como esse curso de educação financeira que reforçam os laços entre a universidade e a sociedade, assim como destacam a importância da academia em desenvolver projetos que visem benefícios à população.

Agradecimentos

Os autores agradecem à equipe de servidores do Centro Municipal de Educação Infantil no qual o curso foi ministrado, instituição está ligada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Goiânia. Agradecemos também à Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação da Universidade Federal de Goiás (EMC/UFG).

Referências

ACORDI, F. P. C. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor**. [s.l.] Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2019.

ALVES, F. W. R. **Aposentadoria: o novo começo, expectativa e realidade**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2016.

ANNEGUES, A. C.; PORTO JÚNIOR, S.; FIGUEIREDO, E. Tamanho da turma e desempenho acadêmico dos universitários: evidência para a UFPB. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 50, n. 1. jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-41615014ase>. Acesso em: 06 maio 2021.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Relatório de Cidadania Financeira 2018**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/index.html>. Acesso em: 7 mar. 2021.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Relatório de Cidadania Financeira 2021**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf. Acesso em: 1 set. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990:** dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasil - Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003:** dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Brasil - Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 10.953, de 27 de setembro de 2004:** altera o art. 6º da Lei no 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. Brasil - Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.953.htm. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 13.172, de 21 de outubro de 2015:** altera as Leis nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão. Brasil - Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13172.htm. Acesso em: 4 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020:** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. 2020a. Brasil - Presidência da República - Secretaria-Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 8 de set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.013, de 10 de junho de 2020:** Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020; e dá outras providências. 2020b. Brasil - Presidência da República - Secretaria-Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14013.htm. Acesso em: 13 de set. 2022.

BRITO, M. J. **Livre-se das dívidas: como negociar, pagar e evitar.** São Paulo, SP, Brasil: DPL - Editora e Distribuidora de Livros LTDA, 2007.

CAMARANO, A. A. **Os dependentes da renda dos idosos e o Coronavírus: órfãos ou novos pobres?** Brasília, DF, Brasil: Livraria Ipea, 2020.

CARRARO, W. B. W. H.; RODRIGUES, M. D.; ALLGAIER, J. F. Educação financeira em tempos de Covid-19. **Revista da Extensão**, Porto Alegre, p. 58-65, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/revext/article/view/123346>. Acesso em: 10 set. 2022.

CERBASI, G. **A riqueza da vida simples**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

CNDL/SPC. **Educação Financeira: Gestão do orçamento Pessoal**. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/7176>. Acesso em: 30 mai. 2021.

COLETTE, M. M. **Contribuições da pesquisa - ação para o exercício da função social da Universidade**. [s.l.] Universidade do Grande Rio. Prof. José de Souza Herdy, 2017.

COUTINHO, C. P.; SOUSA, A.; DIAS, A.; BESSA, F.; FERREIRA, M. J.; VIEIRA, S. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas. **Psicologia, Educação e Cultura**, v. XIII, n. 2, p. 445-479, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/10148>. Acesso em: 5 set. 2022.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em ciências humanas e sociais: Teoria e prática**. Coimbra: Almedina, 2011.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A. *et al.* **The Global Findex Database**. Washington, DC, Estados Unidos da América, 2018.

DIAS, L. C. D. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 21, n. 2, 2017.

DILELIO, R. C.; WOLLMANN, R. J. Impacto social do superendividamento dos servidores públicos. **Revista Parajás**. v. 5, n. 1. 2022. Disponível em: <https://revista.institutoparajas.org/index.php/parajas/article/view/67/110>. Acesso em: 9 de set. 2022.

DOMINGOS, R. **Terapia financeira: a educação financeira como método para realizar seus sonhos**. São Paulo, SP, Brasil: Editora Gente, 2008.

DOMINGOS, R. **Terapia Financeira: realize seus sonhos com Educação Financeira**. Editora DSOP, 2013.

DOS SANTOS, L. B. **Empréstimo consignado: o endividamento dos aposentados e pensionistas do INSS**. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Mapeamento de iniciativas de educação financeira abril/2018**. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Mapeamento_2018.pdf. Acesso em: 5 set. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Paz e Terra, 1983.

HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG, E. M. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. Curitiba, PR, Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seap@cec5b39d-a681-49a3-9b33-f613303c0931#:~:text=Por%20meio%20do%20planejamento%20%C3%A9,com%20maior%20tranq%C3%BCilidade%20eventuais%20problemas>. Acesso em: 19 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasília, DF, Brasil, 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Indicadores mensais do mercado de trabalho - junho de 2022**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804_notas10_indicadores_mensais_mercado_trabalho_jun22.pdf. Acesso em: 3 set. 2022.

KNUTH, V. **Engenharia Econômica e Finanças**. Indaial, SC, Brasil: Centro Universitário Leonardo da Vinci, 2010.

LUCINDO, D. S. **Engenharia Econômica: a relação entre classe social e distúrbios financeiros**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2019.

MATOS, V. de M. *et al.* Educação Financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular. **Revista Fatec Zona Sul**, São Paulo, SP, v. 8, n. 3, fev. 2022. Disponível em: <http://www.revistarefas.com.br/index.php/RevFATECZS/article/view/524>. Acesso em: 07 set. 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, R. da R. *et al.* **Engenharia econômica e finanças**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NATALI, R. **Lucro FC: aprenda o esquema tático para conquistar a independência financeira**. São Paulo: Edição do Autor, 2017.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. Paris, France: OECD Publishing, 2005.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Advancing National Strategies for Financial Education**. 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf. Acesso em: 3 set. 2022.

PEREIRA, A. S. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf. Acesso em: 08 set. 2022.

PERLIN, M. S. **Poupando e investindo em renda fixa: Uma abordagem baseada em dados**. Publicação independente, 2019.

RAIZER, R. dos S. **A inserção da educação financeira em ações de extensão: um estudo nas universidades públicas**. [s.l.] Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2021.

SERASA EXPERIAN. **Relatório Macroeconômico Serasa Experian - 2º Trimestre de 2020**. São Paulo, SP, Brasil: 2020. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/blog/relatorio-macroeconomico-do-2o-trimestre-de-2020>. Acesso em: 16 ago. 2020.

SERASA EXPERIAN. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/MKTECS-965-Mapa-da-inadimplencia-JUNHO.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

SOARES NETO, H. F.; FARIAS PINHEIRO, L. I.; FERREIRA FERRAZ, M. I. O Pobre Na Mira Do Crédito: Assistência Social e Financeirização no Brasil. **Perspectivas em Políticas Públicas**. v. 13, n. 26, p. 229-261, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/4994>. Acesso em: 3 set. 2022.

VIANA, S. R. R. **Crédito consignado e endividamento dos servidores técnico-administrativos: uma análise econômica da situação da Universidade de Brasília**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2020.

YIN, R. K. **O Estudo de caso**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZOTTEL, S.; GRADSTEIN, H. L. **Integrating Financial Capability into Government Cash Transfer Programs**. The World Bank. Washington - DC, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/30116>. Acesso em: 8 set. 2022.

Recebimento em: 01/07/2021.

Aceite em: 14/09/2022.